



# Radar II Propriedades Agrícolas S.A.

**Laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros  
contábeis em 30 de junho de 2026**



## **Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis**

Aos Administradores e Acionistas  
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.

### **Dados da firma de auditoria**

- 1 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sociedade de profissionais estabelecida na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Paschoal Bardaro, 1.075, 15º andar, Salas 151 e 152, Subcondomínio Avenue Le Monde, Jardim Botânico, CEP 14.021-655, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 61.562.112/0012-83, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP027654/F-4, com seu Contrato Social de constituição registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, em 17 de setembro de 1956, e alterações posteriores registradas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo - SP, estando a última delas, datada de 28 de janeiro de 2026, registrada no mesmo 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo - SP sob o microfilme no 174.427, em 18 de maio de 2026, representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Maurício Cardoso de Moraes, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.457.000-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 795.008.389-15 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do São Paulo sob o nº 1 PRO35795/O-1 "T" SP, residente e domiciliado no Estado de São Paulo com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada perita pela administração para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil da Radar II Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2026, resumido no Anexo I, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

### **Objetivo da avaliação**

- 2 A avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de junho de 2026 da Radar II Propriedades Agrícolas S.A. tem por objetivo a cisão integral dessa Companhia e sua consequente extinção, com a incorporação do acervo cindido pelas suas acionistas em 1º de outubro de 2026.



Radar II Propriedades Agrícolas S.A.

### **Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis**

- 3 A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

### **Alcance dos trabalhos e responsabilidade dos auditores independentes**

- 4 Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2026, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico 03/2014 (R1), emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial, e CTG 2002, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, que dispõe sobre os padrões técnicos e profissionais a serem observados pelos contadores para emissão de laudos de avaliação. Assim, efetuamos o exame do balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
- 5 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

### **Conclusão**

- 6 Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 2.574.927.512,00 (dois bilhões, quinhentos e setenta e quatro milhões, novecentos e vinte sete mil e quinhentos e doze reais), conforme balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Radar II Propriedades Agrícolas S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 13 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027654/F-4

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Anexo I ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
em 30 de junho de 2026

Radar II Propriedades Agrícolas S.A.

Balanço patrimonial sintético  
Em 30 de junho de 2026

| Ativo                                              | Em R\$           | Passivo                                          | Em R\$           |
|----------------------------------------------------|------------------|--------------------------------------------------|------------------|
| Circulante                                         |                  | Circulante                                       |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 490.993,14       | Fornecedores                                     | 341.600,44       |
| Títulos e valores mobiliários                      | 1.308.756,91     | Imposto de renda e contribuição social correntes | 1.231,51         |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 46.218,34        | Outros tributos a pagar                          | 1.416,20         |
| Dividendos a receber                               | 9.507.684,30     | Pagáveis a partes relacionadas                   | 10.283,99        |
| Outros ativos                                      | 175.957,02       |                                                  |                  |
|                                                    |                  | Total do passivo circulante                      | 354.532,14       |
| Total do ativo circulante                          | 11.529.609,71    |                                                  |                  |
| Não circulante                                     |                  | Não circulante                                   |                  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | 1.425,36         | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 23.573.590,34    |
| Valores mobiliários disponíveis para venda         | 98.149.363,02    |                                                  |                  |
| Investimentos em controladas e coligadas           | 2.489.175.236,39 | Total do passivo não circulante                  | 23.573.590,34    |
|                                                    |                  |                                                  |                  |
| Total do ativo não circulante                      | 2.587.326.024,77 | Total do passivo                                 | 23.928.122,48    |
|                                                    |                  | Patrimônio líquido                               |                  |
|                                                    |                  | Capital social                                   | 822.643.701,19   |
|                                                    |                  | Reserva de capital                               | (229.576.507,19) |
|                                                    |                  | Outros componentes do patrimônio líquido         | 74.910.624,29    |
|                                                    |                  | Reserva de lucros                                | 1.906.949.693,71 |
|                                                    |                  |                                                  |                  |
|                                                    |                  | Total do patrimônio líquido                      | 2.574.927.512,00 |
| Total do ativo                                     | 2.598.855.634,48 | Total do passivo e patrimônio líquido            | 2.598.855.634,48 |

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 13 de agosto de 2026**

**Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 30 de junho de 2026**  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**1 Base para elaboração do balanço patrimonial e  
resumo das principais políticas contábeis**

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 foi preparado com o objetivo da avaliação do patrimônio líquido contábil da Radar II Propriedades Agrícolas S.A. (a “Companhia”) para fins de a cisão integral dessa Companhia e sua consequente extinção, com a incorporação do acervo cindido pelas suas acionistas em 1º de outubro de 2026.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 foi elaborado e está apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração dessa informação financeira, é necessário utilizar certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para o balanço patrimonial, estão divulgadas na Nota 2.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

**1.1 Conversão de moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação do balanço patrimonial da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado.

## **Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**

### **Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **1.2 Ativos e passivos financeiros**

##### **1.2.1 Mensuração dos ativos e passivos financeiros**

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas e outros ativos financeiros.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas, bem como, quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro é reconhecido com base nos termos modificados e mensurado ao valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

## **Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**

### **Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2026** Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **1.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à vista e investimentos de alta liquidez com vencimento de até três meses a partir da data de aquisição, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor e que são utilizados para gestão de caixa da Companhia. Os valores de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado.

#### **1.4 Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os títulos patrimoniais com valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos títulos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível, mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento).

Os ativos têm vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

#### **1.5 Valores mobiliários disponíveis para venda**

Instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, que são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas anteriormente em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas).

A receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Os valores mobiliários disponíveis para venda, o qual compõem o ativo para formação do patrimônio líquido contábil a ser cindido, é como segue:

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 13 de agosto de 2026**

**Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 30 de junho de 2026  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

|                                                      | Tellus Brasil<br>Participações S.A | Janus Brasil<br>Participações S.A. | Duguetiapar Emp. e<br>Participações S.A. | Gamiovapar Emp. e<br>Participações S.A. | Total         |
|------------------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------|
| Ações preferenciais                                  | 35.096.325,58                      | 56.521.502,06                      | 8.635,54                                 | 6.522.899,84                            | 98.149.363,02 |
| Total dos valores mobiliários disponíveis para venda | 35.096.325,58                      | 56.521.502,06                      | 8.635,54                                 | 6.522.899,84                            | 98.149.363,02 |

**1.6 Partes relacionadas**

As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições contratuais previamente acordadas. Os saldos pendentes ao final de cada exercício não são garantidos, não estão sujeitos a juros e são liquidados em caixa.

A Companhia mantém um Acordo de Compartilhamento de Custos que disciplina o compartilhamento de atividades e despesas, juntamente com as diretrizes de reembolso e outros termos comerciais para a alocação de despesas do grupo. Essas despesas são classificadas como transações *intercompany*.

**1.7 Investimentos em controladas e coligadas**

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia exerce controle. O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e possui capacidade de influenciar esses retornos por meio do poder exercido sobre a investida.

Os investimentos em controladas e coligadas são reconhecidos e mensurados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo e, subsequentemente, ajustados pela participação da Companhia nos resultados e nas demais movimentações patrimoniais das respectivas investidas.

As informações financeiras das investidas utilizadas para fins de aplicação do método da equivalência patrimonial são elaboradas para a mesma data-base da Companhia e utilizando políticas contábeis consistentes.

Ganhos não realizados decorrentes de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o saldo do investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, exceto quando representarem evidência de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes.

Os investimentos, o qual compõem o principal ativo para formação do patrimônio líquido contábil a ser cindido, é como segue:

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 13 de agosto de 2026**

**Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 30 de junho de 2026  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

| Controladas                                               | Número de ações<br>detidas da<br>investida | Ações da<br>investidora | Percentual de<br>participação | Saldo em 30 de<br>junho de 2026 |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| Águas da Ponte Alta S.A.                                  | 21.319.329                                 | 21.319.329              | 100,00%                       | 297.956.637,19                  |
| Bioinvestments Neg. e Participações S.A.                  | 20.298.718                                 | 20.298.718              | 100,00%                       | 594.386.532,90                  |
| Proud Participações S.A.                                  | 43.236.531                                 | 43.236.531              | 100,00%                       | 601.516.260,10                  |
| Vale da Ponte Alta S.A.                                   | 47.303.372                                 | 47.303.372              | 100,00%                       | 201.936.926,89                  |
| Radar Propriedades Agrícolas S.A.                         | 737.500                                    | 126.113                 | 17,10%                        | 98.085.840,25                   |
| Castanheira Prop. Agrícolas                               | 86.350.938                                 | 14.763.510              | 17,10%                        | 120.584.469,22                  |
| Manacá Prop. Agrícolas S.A.                               | 126.200.853                                | 21.580.346              | 17,10%                        | 100.916.902,72                  |
| Nova Agrícola Ponte Alta S.A.                             | 160.693.378                                | 27.478.568              | 17,10%                        | 214.937.938,56                  |
| Nova Amaralina S.A. Propr. Agrícolas S.A.                 | 30.603.159                                 | 5.233.140               | 17,10%                        | 110.134.828,83                  |
| Nova Santa Bárbara Agrícola S.A.                          | 14.360.726                                 | 2.455.684               | 17,10%                        | 5.517.779,54                    |
| Paineira Prop. Agrícolas S.A.                             | 132.667.061                                | 22.686.067              | 17,10%                        | 103.037.278,74                  |
| Terras da Ponte Alta S.A.                                 | 16.066.329                                 | 2.747.342               | 17,10%                        | 40.163.841,45                   |
| <b>Total dos Investimentos em controladas e coligadas</b> | <b>699.837.894,00</b>                      | <b>229.228.720,00</b>   |                               | <b>2.489.175.236,39</b>         |

**1.8 Fornecedores**

Obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas no passivo circulante se o pagamento for devido em até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

**1.9 Outros tributos a pagar**

A Companhia está sujeita a diversos impostos e contribuições, incluindo impostos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques bancários, impostos sobre faturamento, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros. Também está sujeita a recolher impostos retidos na fonte de terceiros, os quais, em geral, não representam uma despesa para a Companhia.

**1.10 Imposto de renda e contribuição social**

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado do exercício.

**(a) Impostos correntes**

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber, esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, utilizando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar referente a exercícios anteriores.

## **Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**

### **Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(b) Impostos diferidos**

Os impostos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatório financeiro e os valores utilizados para fins de tributação e prejuízo fiscal.

A mensuração dos impostos diferidos reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as alíquotas decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

#### **(c) Exposição fiscal**

Na determinação do valor dos impostos correntes e diferidos, a Companhia considera o impacto das posições fiscais incertas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode levar a Companhia a mudar seu julgamento em relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que a determinação for realizada.

#### **(d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é baixado. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

### **1.11 Provisões para contingências**

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança, assim como são divulgadas quando as perdas são possíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados

**Anexo II ao laudo de avaliação do patrimônio líquido  
contábil apurado por meio dos livros contábeis  
emitido em 13 de agosto de 2026**

**Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**

**Notas explicativas da administração ao balanço  
patrimonial em 30 de junho de 2026  
Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

externos. A Companhia não possui processos classificados como prováveis, por este motivo não há quaisquer provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas contabilizadas e divulgadas, respectivamente, nas informações financeiras.

**1.12 Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

**b) Reservas de capital**

De acordo com a lei 6.404/76 a reserva de capital é a contribuição do subscritor de ações, cujo valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias. Podendo ser utilizada para absorver prejuízos, i) quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, exceto no caso da existência de lucros acumulados e de reservas de lucros, quando os prejuízos serão absorvidos primeiramente por essas contas; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiárias; iv) incorporação ao capital social; v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

**c) Reservas legal**

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das S.A, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, de acordo com o disposto no artigo 193, parágrafo 1º da Lei das S.A.

**d) Reserva de lucros a realizar**

A reserva de lucros a realizar é constituída após a destinação da reserva legal.

**e) Dividendos**

Conforme o Estatuto da Companhia, ao final de cada exercício social, é destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, em consonância com a legislação societária.

## **Radar II Propriedades Agrícolas S.A.**

### **Notas explicativas da administração ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2026** Em reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### **2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

##### **2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

###### **a) Provisão para contingências**

As provisões para contingências, constituídas, quando aplicável, para fazer face a potenciais perdas prováveis dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentadas na opinião de seus assessores legais.

###### **b) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros para sua realização.

A Companhia também reconhece tributos diferidos ativos e passivos sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais. Os passivos diferidos da Companhia decorrem principalmente dos ajustes de mensuração a valor justo dos Valores mobiliários disponíveis para venda.

A mensuração dos tributos diferidos requer julgamento da administração quanto à determinação das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Alterações nessas premissas ou na legislação tributária aplicável podem resultar em mudanças relevantes nos saldos de tributos diferidos reconhecidos contabilmente.

\* \* \*